

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ATA DE REUNIÃO

Colegiado: Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cgtic)		
Unidade de Apoio Executivo: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic)		
REUNIÃO		
Data: 29/04/2025	Horário: 13h	Local: Videoconferência Setic
Participantes:		
Cícero Alanio Tenório de Melo, Magistrado coordenador do comitê;		
Arnóbio José Reis de Araújo, Diretor da 7ª Vara do Trabalho de Maceió;		
Isabela Franco Lima Santa Ritta, Secretária-Geral da Presidência;		
Mary Lidian de Lima Ferraz, Diretora-Geral;		
Paulo Gomes de Mello Júnior, Secretário Judiciário de 2º grau;		
Antônio Idalino dos Santos, Secretário da Corregedoria Regional;		
Victor Rezende Dórea, Secretário de Governança e Gestão Estratégica;		
Manoel Messias Feitoza, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação;		
Pauta:		
1. Tomar ciência do contrato da solução google workspace; 2. Tomar ciência do contrato de links de internet; 3. Tomar ciência do andamento da implantação do Login pelo SSO da Pdpj; 4. Tomar ciência do contrato do CSJT sobre serviços em nuvem; 5. Deliberar sobre instalação de monitores de vídeo para juízes e servidores em teletrabalho;		
Discussão da Pauta e Deliberações:		
O coordenador deu início à reunião e passou a palavra ao secretário de tecnologia da informação e comunicação, que iniciou a exposição informando que, no final de abril, foi assinado o novo contrato da solução google workspace, ressaltando, entretanto, que a API do gemini para desenvolvimento de sistemas de IA não fez parte do pacote, motivo pelo qual o Comitê deliberou pela aprovação de contratação da API do gemini para desenvolvimento, com remanejamento de recursos financeiros do próprio centro de custo. Acerca do segundo tema, foi explicada a necessidade de contratar um novo serviço (proteção anti-DDoS) nos contratos de link de internet por conta de incidentes ocorridos nos últimos quatro meses. Houve, durante as ocorrências, a intervenção das operadoras, de modo que restou demonstrada a eficiência do serviço, que foi, temporariamente, ativado sem ônus para o tribunal. O Comitê deliberou pela aprovação da contratação do novo serviço de proteção.		

MANOEL MESSIAS FEITOZA
13/06/2025 13:23

PAULO GOMES DE MELLO JÚNIOR
13/06/2025 13:30

ANTÔNIO IDALINO DOS SANTOS
13/06/2025 13:35

MARY LIDIAN DE LIMA FERRAZ
13/06/2025 13:36

ISABELA FRANCO LIMA SANTA RITTA
13/06/2025 15:31

CÍCERO ALÂNIO TENÓRIO DE MELO
15/06/2025 20:48

VICTOR REZENDE DÓREA
16/06/2025 14:48

ARNÓBIO JOSÉ REIS DE ARAÚJO
18/06/2025 10:01



Foi tratado, na sequência, da implantação do acesso ao PJE pelo SSO da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ). O serviço foi implantado em abril para todos os magistrados e servidores e está funcionando com poucas ocorrências de interrupção. Nesta data da reunião, houve falha no Login no ambiente do CNJ e o tribunal pôde ativar um Plano B, ainda disponível, que foi o acesso pela tela antiga do PJe. Não se sabe até quando esse recurso estará disponível, mas, enquanto estiver, todos deliberaram favoravelmente pela adoção do Plano B sempre que houver interrupção por tempo razoavelmente longo para evitar prejuízos à prestação jurisdicional.

Foi dada ciência aos membros de que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) celebrou contrato estruturante de serviços em nuvem, e que, atualmente, há três tribunais com o PJE funcionando na nuvem. A Setic informa que em 2026 deverá celebrar contratação de serviços em nuvem no âmbito do TRT19, com base no contrato nacional do CSJT, registrando, porém, que não seria o PJE o primeiro sistema a ser migrado. Todos aprovaram a inclusão de contratação de serviços em nuvem no Documento de Formalização de Demandas (DFD) de 2026 do TRT-19, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Quanto ao tema de monitores de vídeo, foi informado que há usuários solicitando dois monitores para uso em notebook, porém o padrão adotado é um monitor para o teletrabalho de magistrados e servidores com notebook. Arnóbio solicitou que fossem instalados monitores maiores para uso pelos assistentes nas salas de audiência. Com a concordância de todos, foi deliberado que a Setic deverá instalar monitores de vídeo com tela maior tanto para os juízes quanto para os assistentes de audiência. Também deliberou que poderia ser liberado um monitor de 34 polegadas para uso em teletrabalho. Ao final, ficou deliberado que o padrão seria mantido (um notebook e um monitor de vídeo), sem prejuízo de eventual fornecimento de monitor extra para o magistrado que fizer a solicitação.

O secretário informou, por fim, que foi publicada a Portaria do CNJ que dispõe sobre o Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD) e que planeja realizar uma pesquisa de satisfação interna para responder os itens da área de negócio.

Quanto ao cumprimento das deliberações da ata anterior, registra-se que:

- 1) Resta pendente a informação da Corregedoria Regional sobre a implantação do acompanhamento do uso do Domicílio Judicial Eletrônico nas atas de correição;



- 2) A Setic informa que providenciou todas as ações de sua competência para viabilizar a publicação do Plano Diretor de TIC 2025/2026.

Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada pelo juiz coordenador.

Responsáveis pelo cumprimento das deliberações:

- 1) Contratar a API do gemini do google - Manoel Messias Feitoza;
- 2) Contratar a proteção anti-DDoS nos contratos de link de internet – Manoel Messias Feitoza;
- 3) Instalar monitores de vídeo de 24” nas salas de audiência – Manoel Messias Feitoza;

